



***COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.,  
SOCIEDADE ABERTA***

***RELATÓRIO DA GESTÃO, BALANÇO E CONTAS***

***INFORMAÇÃO SEMESTRAL 2004***

***Sede: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha  
Capital Social: 5.000.000,00 Euros  
Pessoa Colectiva n.º 500 076 138  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 42  
[www.copam.pt](http://www.copam.pt)***

## RELATÓRIO DA GESTÃO

### 1 - CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

1.1 A taxa de inflação (média dos últimos 12 meses) foi de 2,5% em Junho (3,8% em Junho de 2003). A taxa de inflação homóloga foi de 2,7% em Junho (3,3% em 2003).

De acordo com o INE, o crescimento do PIB português estagnou no primeiro trimestre de 2004, registando um acréscimo marginal de 0,06% face ao trimestre homólogo de 2003. O PIB cresceu 0,6% em cadeia (comparando com o trimestre anterior), interrompendo a recessão técnica iniciada no último trimestre do ano passado.

O comportamento ligeiramente favorável da economia no primeiro trimestre explica-se pela recuperação da procura interna que, com uma contribuição de 0,9 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento, foi contrariada pela evolução da procura externa líquida de bens e serviços, que teve um impacto negativo de 0,8 p.p. no PIB.

1.2 Ao nível amideiro é de realçar a Reforma do Regime do Açúcar tendo a Comissão Europeia apresentado para análise o denominado “Fischler Communication” - “Communication from the Commission to the Council and the European Parliament accomplishing a sustainable agricultural model for Europe through the reformed CAP – sugar sector reform”, no qual refere que o preço institucional do açúcar passará de 632 EUR/t, no período de referência actual, para 421 EUR/t em 2007/08, ou seja, menos 33%.

A indústria amideira (AAC – Associação dos Amideiros de Cereais da União Europeia) reagiu de imediato, pois é preocupante o facto de os preços de venda (não só das isoglucozes, mas também de glucozes e dextroses) decrescerem na proporção apontada pelo documento e que tal não seja acompanhado pela diminuição dos preços de custo. Como se sabe, a indústria amideira europeia está impedida de comprar milho aos preços do mercado mundial. Isto provocará grandes diminuições das margens. Por outro lado, o documento aponta para um aumento insuficiente de quotas de isoglucoze, ao nível europeu, de 100.000 toneladas por ano, num período de 3 anos, com início em 2005/2006. Contudo, se o documento surpreendeu pela data apontada para a reforma (2005), aponta oportunidades e desafios para o sector, mas contém muitas dúvidas e incertezas.

## **2 - A EVOLUÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DO SEMESTRE**

- 2.1 O mercado amideiro cresceu em Portugal, no primeiro semestre de 2004, de acordo com os últimos dados conhecidos da AAC, cerca de 7%: as vendas de produtos principais produzidos pela COPAM cresceu 1% e os produtos da concorrência cerca de 12%. Os maiores crescimentos de mercado ocorreram no sector do papel e dos refrigerantes. Consequentemente, verificou-se um ligeiro decréscimo da quota de mercado da COPAM.
- 2.2 As Vendas Totais e as Prestações de Serviços foram cerca de 14,7 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 9% face ao ano anterior. As vendas de Produtos Principais da COPAM, no Mercado Interno, cresceram apenas 1%, mas as Exportações, quer intracomunitárias quer para outros mercados, subiram quase 60% face ao período homólogo e representaram 7% do total dos Produtos Principais. Por outro lado, verificou-se um grande crescimento (mais de 30%) nas vendas de mercadorias.
- 2.3 O crescimento do Valor de Vendas deriva fundamentalmente do “efeito quantidade” pois os preços médios de venda foram estáveis e em muitos casos sofreu-se uma erosão devido ao efeito da concorrência.
- 2.4 O aumento do custo do milho, única matéria prima utilizada pela COPAM, foi de 24% e teve um impacto muito desfavorável nos custos de produção e consequentemente nas margens. Como a empresa não pôde repercutir o aumento dos custos de produção nos preço de venda, as margens brutas decresceram mais de 10%. Refira-se que o custo do “Milho Limpo Net”, indicador de custo que incorpora os créditos dos subprodutos, subiu quase 30%!
- 2.5 O controlo de custos, nomeadamente nos fornecimentos e serviços externos e nas despesas com o pessoal, conjugados com incrementos da produção (a quantidade de milho moído cresceu 4% face a 2003 com um efeito muito benéfico nos custos fixos unitários) e com a melhoria dos rendimentos fabris, permitiu a manutenção dos Resultados Operacionais, que decresceram pouco mais de 3%.
- 2.6 Os Investimentos da COPAM ascenderam a 150 mil euros, destacando-se o início dos novos projectos de produção de amido de baixa proteína e da unidade de osmose inversa para a água dos poços.
- 2.7 O número de colaboradores foi de 124 (o mesmo número de 31 de Dezembro de 2003) e menos 2 do que no período homólogo de 2003.
- 2.8 A taxa de absentismo foi de 3,9%, inferior à registada no primeiro semestre de 2003, quando foi de 4,6%.
- 2.9 Os indicadores mais significativos no semestre são:



(Valores em Euros)

**1º Semestre 2003**

**1º Semestre 2004**

**PROVEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS:**

<b>Vendas</b>	13.474.914	14.681.741
<b>Prestações de Serviços</b>	0	15.644
<b>Variação da Produção</b>	22.131	118.360
<b>Trabalhos para a Própria Empresa</b>	33.189	24.333
<b>Proveitos Suplementares</b>	50.614	50.672
<b>Subsídios à Exploração</b>	18.691	3.228
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>	8.842	713
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	60.898	57.678
<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	11.078	12.668

**CUSTOS MAIS SIGNIFICATIVOS:**

<b>Custo Merc. Vendid. e Mat. Consum.</b>	7.071.717	8.895.861
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	1.099.199	1.109.525
<b>Impostos</b>	118.363	122.015
<b>Custos com o Pessoal</b>	1.922.273	1.611.233
<b>Outros Custos Operacionais</b>	190.586	126.307
<b>Amortizações do Exercício</b>	329.000	315.000
<b>Provisões do Exercício</b>	56.486	0
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>	65.591	69.308
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>	58.305	0

<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>2.820.757</b>	<b>2.715.751</b>
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2.768.837</b>	<b>2.716.788</b>
<b>IMPOSTOS</b>	<b>965.876</b>	<b>813.221</b>
<b>RESULT. LÍQUIDOS DE IMPOSTOS</b>	<b>1.802.961</b>	<b>1.903.567</b>

**AUTOFINANC.BRUTO (CASH FLOW) 3.154.323 3.031.788**

**ACTIVO TOTAL 17.549.611 17.480.144**

**INVESTIMENTOS:**

<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	2.033	13.198
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>	305.164	136.360
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>307.197</b>	<b>149.558</b>

- 2.10 A COPAM não tem passivo bancário e a função financeira (diferença entre proveitos e custos financeiros) está equilibrada.
- 2.11 Os rácios económico-financeiros reflectem a boa situação económica da empresa, nomeadamente na Rendibilidade dos Capitais Próprios (42% contra 43% em 2003) e do Activo (31% contra 32% em 2003). Os rácios de Autonomia Financeira (0,74 contra 0,73 em 2003) e Liquidez (2,47 contra 2,44 em 2003) mantiveram-se muito favoráveis. Houve uma evolução favorável no tempo médio de cobranças e de existências mas um efeito desfavorável no tempo médio de pagamento.
- 2.12 Os Resultados Líquidos Antes de Impostos foram inferiores aos verificados em 2003: 2.716.788 euros, o que significa um decréscimo de apenas 52 mil euros, menos 2%. Contudo, e devido ao efeito de redução da taxa do IRC, os Resultados Líquidos Depois de Impostos foram superiores aos verificados em 2003: 1.903.567 euros, o que significa um acréscimo de 101 mil euros, mais 6%. O Cash Flow Bruto (Resultados Antes de Impostos + Amortizações + Provisões) decresceu somente 3,9%, atingindo um valor de 3.031.788 euros.
- 2.13 O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 introduz o requisito de o mais tardar a partir de 2005 (com mapas comparativos a 2004), as empresas da União Europeia cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado passem a elaborar os seus mapas financeiros de acordo com as IAS (Normas Internacionais de Contabilidade). Assim, a COPAM contratou a Sociedade de Revisores “António Grenha, Bryant Jorge e Moura Tavares” para o estudo e apoio para implementação das IAS.
- 2.14 Reserva Fiscal para Investimento - Foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 23/2004, de 23 de Janeiro, que aprovou o regime da “Reserva Fiscal para Investimento”. Após a análise do mesmo verificou-se que, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º, está excluída “a produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas incluídas no anexo I do Tratado”. Como a COPAM procede à transformação do produto agrícola “milho”, foi solicitado um parecer à Agência Portuguesa para o Investimento, que considerou que a COPAM não estaria abrangida por esta legislação. Foi entretanto obtida a informação, por via telefónica, pela Direcção-Geral das Empresas do Ministério da Economia de que a COPAM não está, de facto, abrangida, e que esta informação seria oportunamente oficializada pelo ministério.



- 2.15 Aplicação da Directiva 2003/87/EC sobre o Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub> - Foi enviada uma carta ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, na qual se referiu que a COPAM não se enquadra em qualquer das actividades enumeradas no Anexo I da Directiva 2003/87/EC, que também não tem qualquer instalação de cogeração e que as duas instalações de combustão de que dispõe, uma para a secagem dum co-produto e a outra para a produção de vapor de água, ambas a gás natural, apenas estão em funcionamento com uma potência térmica de 8,5 MW (a Directiva aponta para 20 MW).
- 2.16 Estágios na COPAM em colaboração com as Universidades - O Conselho de Administração aprovou a realização de estágios, bem como visitas de estudo, em estreita colaboração com as Universidades.
- 2.17 Biofuel - Foi publicada no jornal “Expresso” uma notícia sobre a participação de Francisco Batoréu, em 11 e 12 de Maio, em Sevilha, na conferência sobre “World Biofuels 2004”.
- 2.18 Gestão da Qualidade - O Conselho de Administração reforçou o seu empenho no desenvolvimento e implementação do sistema de gestão da qualidade e na melhoria contínua da sua eficácia. Foi aprovado pelo Conselho o Plano de Objectivos da Qualidade para 2004.
- 2.19 A Administração propõe que seja lavrado um voto de louvor ao Conselho Fiscal pela forma competente como acompanhou a gestão da empresa durante o primeiro semestre, bem como pela colaboração prestada ao longo do mesmo, e também que este voto de louvor seja extensivo aos colaboradores que em equipa muito contribuíram para fazer face ao grande embate concorrencial que enfrentamos.
- 2.20 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos. Assim, as declarações fiscais da sociedade poderão vir a ser revistas.
- 2.21 A empresa não tem quaisquer dívidas à Segurança Social.

### **3 – GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS**

Tendo em consideração o novo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, que veio aditar o Regulamento n.º 7/2001, sobre o Governo das Sociedades Cotadas, informa-se o seguinte:

#### **CAPÍTULO I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

##### **1 -COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE**

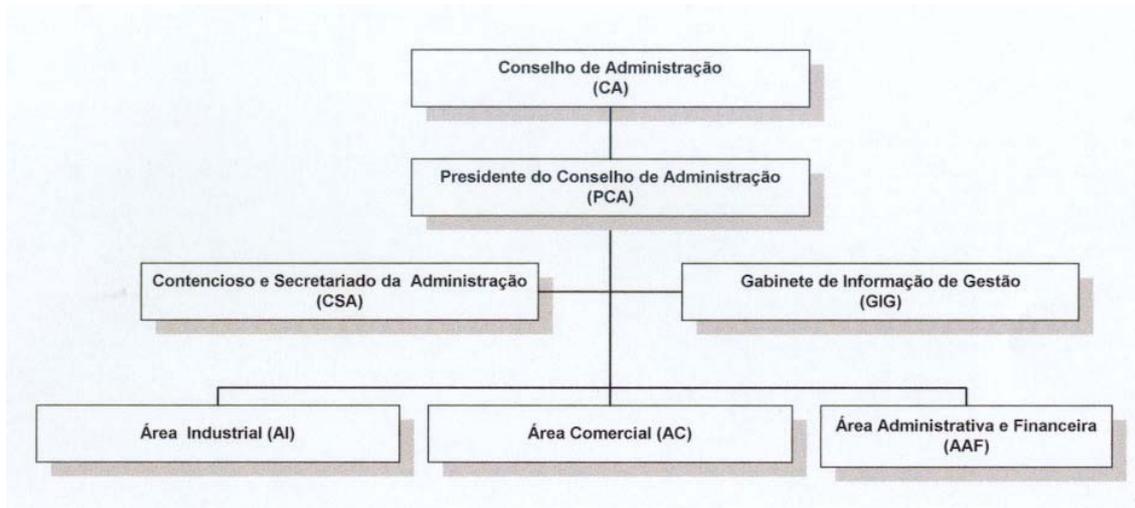
Os corpos sociais da COPAM, SA, são:

**Assembleia Geral** – composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

**Conselho de Administração** – composto actualmente por 5 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.

**Conselho Fiscal** – composto actualmente por 3 membros efectivos e 2 suplentes, a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

##### **ORGANIGRAMA FUNCIONAL**





## **2 – COMISSÕES ESPECÍFICAS**

Existem na Sociedade algumas Comissões Específicas que tratam de assuntos próprios, nomeadamente:

- Comissão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Comissão de Amidos e Co-Produtos;
- Comissão de Açúcares;

Os membros de cada comissão são colaboradores das várias áreas funcionais da empresa.

## **3 – SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS**

A Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno, como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos.

## **4 - COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACCÇÕES**

O movimento bolsista das acções da COPAM no primeiro semestre de 2004 registou uma transacção de 120 acções ao preço médio de 26,84 euros. A cotação inicial foi de 25,90 euros e a final de 27,06 euros.

No primeiro semestre de 2003 registou-se a transacção de 60 acções ao preço médio de 27,69 euros. A cotação inicial foi de 27,54 euros e a final de 28,00 euros.

O movimento bolsista das acções da COPAM no mesmo período homólogo de 2002 resultou na transacção de 125 acções ao preço médio de 29,15 euros.

## **5 - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Como política de distribuição de dividendos tem sido adoptado o critério de distribuir, pelo menos, 50% dos Resultados Líquidos obtidos.

Foram distribuídos os seguintes dividendos:

- No exercício de 1999 foram distribuídos 4.090.143 euros (3,37 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 1999:	29/02/2000
Data do pagamento efectivo dos dividendos:	30/03/2000



- No exercício de 2000 foram distribuídos 3.990.383 euros  
(2,99 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000: 20/02/2001  
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 22/03/2001

- No exercício de 2001 foram distribuídos 4.189.902 euros  
(3,35 € de valor líquido por acção - Residentes).  
(2,93 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2001: 26/02/2002  
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 27/03/2002

- No exercício de 2002 foram distribuídos 4.200.000 euros  
(3,36 € de valor líquido por acção - Residentes).  
(2,94 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2002: 25/02/2003  
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 26/03/2003

- No exercício de 2003 foram distribuídos 4.000.000 euros  
(3,40 € de valor líquido por acção - Residentes).  
(3,00 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2003: 02/03/2004  
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 31/03/2004

#### **6 - PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACCÕES E DE OPCÕES SOBRE ACCÕES DA SOCIEDADE**

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções aos órgãos sociais e colaboradores da empresa.

#### **7 – NEGÓCIOS E OPERAÇÕES REALIZADOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

Não se registaram quaisquer negócios e operações entre a sociedade e os titulares dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo.

#### **8 - GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR**

A empresa criou um Gabinete de Apoio ao Investidor cujas funções são, em geral, a disponibilização de informação que se julga relevante para os investidores e o contacto directo com esses mesmos investidores e com os meios de comunicação.



O responsável deste gabinete é simultaneamente o Representante para as Relações com o Mercado, João António Perdigão Castanho, que acumula as funções de Responsável do Gabinete de Informação de Gestão e de Secretário da Sociedade:

João António Perdigão Castanho  
Estrada Nacional 10  
2695-718 - S. João da Talha

Telefone (Geral): 21 994 75 00

Telefone (Directos): 21 994 75 03

21 994 75 42

E-mail: joao.castanho@copam.pt

#### **UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

O sítio (site) da COPAM já se encontra em funcionamento, estando em curso a tradução do mesmo para inglês e espanhol, bem como se está a melhorar a informação sobre os produtos da empresa:

[www.copam.pt](http://www.copam.pt)

No sítio da empresa, na secção denominada “Informação Oficial” existe muita informação disponível ao accionista, investidor e público em geral, repartida por:

- . Documentos de prestação de contas;
- . Calendário de eventos societários;
- . Estatutos;
- . Assembleias Gerais;
- . Órgãos Sociais para 2004;
- . Gabinete de Apoio ao Investidor.

E-mail da empresa: [copam@copam.pt](mailto:copam@copam.pt)

#### **9 – COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

Foi eleita na Assembleia Geral do dia 2 de Março a seguinte Comissão de Vencimentos para o exercício de 2004:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferirá qualquer remuneração.



## **10 – CONSELHO FISCAL E AUDITORIA**

Foi eleito na Assembleia Geral do dia 2 de Março de 2004 o seguinte Conselho Fiscal para o exercício de 2004:

. Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho	Presidente
. Manuel Baptista Neves	Vogal
. António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC representada por António Maria da Rocha Grenha	Vogal
. Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC representada por Vicente Pereira Gomes Marques	Suplente
. Eduardo Barradas da Câmara e Sousa	Suplente

Foram pagos honorários ao auditor “António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC”, ao abrigo da alínea a, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM - serviços de revisão legal de contas, no montante de 7.322,88 euros.

O auditor presta um outro serviço, de garantia de fiabilidade (alínea b, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM), serviço com o objectivo de assegurar a fiabilidade na implementação das IAS (Normas Internacionais de Contabilidade), não se tendo pago durante este semestre nenhum montante.

Serviços de revisão legal de contas:	7.322,88 euros (100%)
Outros serviços de garantia de fiabilidade:	0,00 euros ( 0%)
<b>TOTAL:</b>	<b>7.322,88 euros (100%)</b>

Honorários dos outros membros do Conselho Fiscal (exceptuando o Auditor):

TOTAL:	4.005,00 euros
--------	----------------

## **CAPÍTULO II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS**

A Assembleia Geral regularmente constituída representa a totalidade dos accionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo modo prescrito na lei e nela podem tomar parte todos os accionistas que comprovem ser titulares de 100 acções depositadas num Banco ou nos cofres da sociedade até cinco dias antes da data da Assembleia Geral. A cada 100 acções corresponde um voto. Os titulares de obrigações não gozam do direito de assistir à Assembleia Geral.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, bastando para isso uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral assinada pelo outorgante. Esses documentos devem ser enviados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até, pelo menos, dois dias antes da data marcada na convocatória.

O voto pode ser exercido por correspondência. Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, acima indicada, contendo um subscrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendem votar, mencionando cada subscrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da Assembleia Geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve cada accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais. Só serão considerados os votos recebidos na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a Assembleia. Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e, em especial:

- Abrir os votos;
- Verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- Verificar a autenticidade dos votos;
- Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Em primeira convocação a Assembleia está regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 51% do Capital Social. Se não for reunido este quorum haverá uma segunda convocação, nos termos do Art.º 377º do Código das Sociedades Comerciais, e a Assembleia reunirá com qualquer número de accionistas, independentemente do capital representado e do assunto a tratar.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral por um período de um ano e sempre reelegíveis.

As deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos.

Os documentos de prestação de contas (Relatório da Gestão, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação dos Resultados) encontram-se à disposição dos accionistas na sede da Sociedade, e no sítio (site) da COPAM na Internet, durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

A convocatória para a realização da Assembleia Geral terá de estar no sítio (site) da COPAM na Internet, em [www.copam.pt](http://www.copam.pt), na secção “Informação Oficial / Assembleias Gerais”, durante os 30 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Não é possível exercer o voto por meios electrónicos.

### **CAPÍTULO III - REGRAS SOCIETÁRIAS**

#### **1 – CÓDIGOS DE CONDUTA**

Embora não existindo códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, a COPAM considera que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos de gestão como pelos restantes colaboradores.

#### **2 – SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS**

Reafirmamos o expresso no n.º 3 do Capítulo I: a Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno, como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos. Estas áreas da empresa analisam as situações de crise potencial, adoptando procedimentos que antecipem os factores de risco, propondo ao Conselho de Administração um plano de acções a desempenhar.

#### **3 – MEDIDAS SUSCEPTÍVEIS DE INTERFERIR NO ÊXITO DE OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO**

Não existem medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

### **CAPÍTULO IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ADMINISTRADORES E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Administradores, e que também são colaboradores da empresa, exerceram as funções específicas de coordenação das Áreas consignadas no Organigrama apresentado.

A sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por três a cinco membros, conforme a Assembleia Geral ordinária deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis. O Conselho escolherá um presidente e poderá nomear de entre os seus membros um Administrador-delegado.

O Conselho poderá preencher até à próxima Assembleia Geral as vagas ocorridas entre os seus membros.



O Conselho de Administração terá os mais amplos poderes para dirigir a actividade social com todas as atribuições legais e especialmente:

- a) Negociar e estabelecer todos os contratos em nome da sociedade, com poderes para adquirir, vender, ceder e onerar todos os bens móveis da sociedade, só ficando dependentes de deliberação da Assembleia Geral os contratos que importem alienação de bens imóveis;
- b) Representar a sociedade para todos os efeitos, com poderes para confessar, desistir, transaccionar ou aceitar as arbitragens em qualquer processo em que a sociedade seja parte;
- c) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes.

O Conselho de Administração reunirá por convocação do presidente ou do Administrador-delegado sempre que o interesse da sociedade o exija. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se representar por outro membro nas reuniões, para o que bastará uma simples carta, telex ou telegrama autenticado. O Conselho só poderá deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. O presidente tem voto de qualidade.

A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores. Cada administrador eleito anualmente na Assembleia Geral terá de prestar uma caução, que poderá ser substituída por seguro caução prestado por empresa seguradora.

Não existe nenhuma Comissão Executiva ou outra comissão com competência em matéria de gestão.

No primeiro semestre de 2004 efectuaram-se 10 reuniões do Conselho de Administração (ordinárias, plenárias e extraordinárias).

### **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE**

No Capítulo VI, Artigo 11.º (Remunerações) dos Estatutos da sociedade, refere-se que, “Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for fixada por uma Comissão de Vencimentos composta por três pessoas eleitas anualmente pela Assembleia Geral” Assim, a Comissão de Vencimentos para o exercício de 2004 foi:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não aufere qualquer remuneração.



As Remunerações do Conselho de Administração não estão dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade. Não há remunerações variáveis.

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferiram 1.000,00 euros de Senhas de Presença.

***Remunerações do Conselho de Administração:***

Remunerações:	96.883,78 euros
Encargos sobre Remunerações:	20.989,54 euros
Seguro de Acidentes Trabalho:	1.657,16 euros
<b>TOTAL:</b>	<b>119.530,48 euros</b>

O Conselho de Administração define anualmente a política de remunerações dos colaboradores da empresa, fazendo depender os aumentos salariais em função da inflação e da evolução da produtividade da empresa.

**Conselho de Administração:**

- Víctor Manuel Carmona e Costa                      Presidente do Conselho de Administração  
(Executivo)  
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- José Amaro Martins Carmona e Costa              Vogal do Conselho de Administração  
(Executivo)  
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- Francisco Gerardo Knopfli Batoréu              Vogal do Conselho de Administração  
(Executivo)  
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação da alínea d) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).





**AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ACCÕES REALIZADAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE EMITENTE DAQUELAS ACCÕES**

Não se registaram quaisquer aquisições ou alienações de acções da sociedade emitente por parte dos membros do Conselho de Administração.



#### **4 – PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO**

Até final do ano perspectiva-se um aumento da concorrência, com a consequente diminuição de preços de venda nos sectores do papel e açúcares. O agravamento dos preços da matéria prima dificilmente será compensado via preços de venda ou inclusivamente por diminuições dos custos de produção.

A COPAM continuou a desenvolver um programa de contenção de custos, reestruturando sectores e permitindo, a médio prazo, o aumento da polivalência dos colaboradores, o aumento da produtividade e a obtenção de ganhos de eficiência e de competitividade.

Os Resultados do segundo semestre serão inferiores aos do segundo semestre de 2003, e a dimensão dessa variação dependerá, em grande parte, dos preços de compra do milho verde nacional. A manutenção dos Resultados, Antes e Depois de Impostos, face a 2003, que era um objectivo para 2004, serão dificilmente alcançados, apesar dos efeitos fiscais favoráveis (redução da taxa do IRC para 25%).

S. João da Talha, 8 de Setembro de 2004



## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE:**

(Victor Manuel Carmona e Costa)

**VOGAIS:**

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)

# ***ANEXO N.º 1***

## ***PARTICIPACES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA EMPRESA NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS***

### ***CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO***

#### ***PRESIDENTE:***

Victor Manuel Carmona e Costa	10 000 acções
-------------------------------	---------------

#### ***VOGAIS:***

José Amaro Martins Carmona e Costa	420 aces
------------------------------------	------------

Francisco Gerardo Knopfli Batoréu	1 aco
-----------------------------------	----------

### ***CONSELHO FISCAL***

#### ***PRESIDENTE:***

Luís Fernando Nandin de Carvalho	2.350 aces
----------------------------------	--------------

#### ***VOGAL:***

Manuel Batista Neves	205 acções
----------------------	------------

Não se registaram quaisquer aquisições ou cessaes de titularidade por parte dos membros dos órgãos sociais.

## ***ANEXO N.º 2***

### **PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA**

#### **Lista de titulares de participações qualificadas na sociedade de acordo com o Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários**

CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA	250.000 acções	25,00%
SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA	250.000 acções	25,00%
AMYLUM, N. V.	146.465 acções	14,64%
CERESTAR HOLDING, B. V.	146.465 acções	14,64%
RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA	101.430 acções	10,14%
FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA	38.442 acções	3,84%
SAR – SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SA	20.110 acções	2,01%



## BALANÇO em 30 de Junho de 2004

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S.A. Sociedade Aberta

(Valores Expressos em Euros)

POC	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N-1
		AB	APA	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas Inv.e Desenvolvimento	25.877,78	25.779,15	98,63	4.412,87
433	Propriedade industrial e outros direitos	374,10	374,10	0,00	0,00
		26.251,88	26.153,25	98,63	4.412,87
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	2.790.670,08	0,00	2.790.670,08	2.790.670,08
422	Edifícios e outras construções	4.055.660,61	3.597.145,89	458.514,72	539.541,44
423	Equipamento básico	24.423.750,37	22.167.227,41	2.256.522,96	1.984.250,50
424	Equipamento de transporte	731.517,93	656.410,46	75.107,47	41.108,02
425	Ferramentas e utensílios	352.159,20	347.529,35	4.629,85	9.631,01
426	Equipamento administrativo	564.745,66	518.346,11	46.399,55	25.082,71
427	Taras e Vasilhame	5.044,45	5.044,45	0,00	0,00
428	Out. Imobilizações Corpóreas	8.875,51	4.124,32	4.751,19	4.904,46
48	Amortizações (Duodécimos)	0,00	315.000,00	-315.000,00	-324.686,62
441/2	Imobilizações em curso	220.758,55	0,00	220.758,55	1.066.290,26
448	Adiant.p/conta imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		33.153.182,36	27.610.827,95	5.542.354,37	6.136.791,86
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
4112	Partes de capital em empresas associadas	49,88	0,00	49,88	49,88
4114	Outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
		49,88	0,00	49,88	49,88
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias-primas, subsidi. e de consumo	893.237,92	0,00	893.237,92	707.448,62
35	Subprodutos, desp.resid.refugos	68.064,11	0,00	68.064,11	56.547,76
33	Produtos Acabados e Intermédios	876.112,24	0,00	876.112,24	970.132,50
32	Mercadorias	82.267,89	0,00	82.267,89	76.126,54
		1.919.682,16	0,00	1.919.682,16	1.810.255,42
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
211	Cientes, c/c	5.408.517,12	0,00	5.408.517,12	5.781.897,07
212	Cientes - Títulos a Receber	0,00	0,00	0,00	99.890,37
218+281	Cientes de Cobrança Duvidosa	475.004,29	431.340,95	43.663,34	56.395,95
229	Adiantamentos a Fornecedores	102.756,38	0,00	102.756,38	26.527,45
24	Estado e outros entes públicos	22.004,62	0,00	22.004,62	15.981,56
26+221	Outros devedores	204.878,33	0,00	204.878,33	218.161,70
		6.213.160,74	431.340,95	5.781.819,79	6.198.854,10
	<b>Títulos negociáveis</b>				
15	Outros títulos negociáveis	1.750.000,00	0,00	1.750.000,00	1.125.000,00
		1.750.000,00	0,00	1.750.000,00	1.125.000,00
	<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
12+13+14	Depósitos banc.à Ordem e a Prazo	2.463.796,48	0,00	2.463.796,48	2.255.352,97
11	Caixa	14.560,23	0,00	14.560,23	14.078,05
		2.478.356,71	0,00	2.478.356,71	2.269.431,02
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>				
271	Acrescimos de proveitos	7.782,31	0,00	7.782,31	4.658,33
272	Custos diferidos	0,00	0,00	0,00	158,00
		7.782,31	0,00	7.782,31	4.816,33
	Total de amortizações		27.636.981,24		
	Total de provisões		431.340,95		
	<b>Total do activo</b>	<b>45.548.466,04</b>	<b>28.068.322,19</b>	<b>17.480.143,85</b>	<b>17.549.611,48</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
51	Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
56	Reservas de reavaliação	4.916.230,08	4.912.044,26
	<b>Reservas:</b>		
571	Reservas legais	1.000.000,00	1.000.000,00
574 a 579	Outras reservas	55.142,81	162.173,19
59	Resultados transitados	-11.502,62	-7.316,80
	<i>Sub total</i>	<i>10.959.870,27</i>	<i>11.066.900,65</i>
88	Resultado líquido do exercício	1.903.566,76	1.802.960,82
	<i>Total do capital próprio</i>	<i>12.863.437,03</i>	<i>12.869.861,47</i>
	<b>PASSIVO:</b>		
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>		
221	Fornecedores, c/c	1.923.046,64	1.655.145,12
25	Restantes acionistas (socios)	23.904,34	21.533,37
219	Adiantamentos de clientes	762,59	1.349,16
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	31.463,18	60.171,51
24	Estado e outros entes públicos	1.439.649,83	1.632.705,40
268+211	Outros credores	629.812,31	567.586,25
		4.048.638,89	3.938.490,81
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>		
273	Acrescimos de custos	448.501,71	597.171,56
274	Provetos diferidos	104.315,82	124.651,42
276	Passivos por Impostos Diferidos	15.250,40	19.436,22
		568.067,93	741.259,20
	<i>Total do passivo</i>	<i>4.616.706,82</i>	<i>4.679.750,01</i>
	<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<i>17.480.143,85</i>	<i>17.549.611,48</i>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopff Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, em 30 de Junho de 2004

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S. A. Sociedade Aberta

POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1.600.058,41		1.196.091,66	
	Matérias	7.294.802,09	8.894.860,50	5.875.625,13	7.071.716,79
62	Fornecimentos e serviços externos		1.109.524,93		1.099.199,21
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.276.234,08		1.264.714,31	
	Encargos sociais:				
645/8	Outros	334.999,36	1.611.233,44	657.558,36	1.922.272,67
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	315.000,00		329.000,00	
67	Provisões	0,00	315.000,00	56.486,23	385.486,23
63	Impostos	122.014,82		118.363,12	
65	Outros custos e perdas operacionais	126.306,63	248.321,45	190.585,65	308.948,77
	(A) _____		12.178.940,32		10.787.623,67
681/5/6/7/8	Juros e custos similares:				
	Outros	69.307,74	69.307,74	65.591,11	65.591,11
	(C) _____		12.248.248,06		10.853.214,78
69	Custos e perdas extraordinários		0,00		58.304,85
	(E) _____		12.248.248,06		10.911.519,63
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		813.221,15		965.876,40
	(G) _____		13.061.469,21		11.877.396,03
88	Resultado líquido do exercício	1.903.566,76		1.802.960,82	
		14.965.035,97		13.680.356,85	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

(Valores Expressos em Euros)

POC	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
71	Vendas:				
	Mercadorias	1.717.141,69		1.312.334,48	
	Produtos	12.964.599,45		12.162.579,50	
72	Prestações de serviços	15.644,37	14.697.385,51	0,00	13.474.913,98
	Variação da produção		118.359,71		22.131,06
75	Trabalhos para a própria empresa		24.332,98		33.189,08
73	Proveitos suplementares	50.672,36		50.613,78	
74	Subsídios à exploração	3.227,71		18.691,24	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	713,40	54.613,47	8.841,96	78.146,98
	(B) _____		14.894.691,67		13.608.381,10
781/5/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	48.025,67		54.042,43	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	9.650,83	57.676,50	6.855,27	60.897,70
	(D) _____		14.952.368,17		13.669.278,80
79	Proveitos e ganhos extraordinários		12.667,80		11.078,05
	(F) _____		14.965.035,97		13.680.356,85

Resumo:				
Resultados operacionais:	(B) - (A) =	2.715.751,35		2.820.757,43
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	-11.631,24		-4.693,41
Resultados correntes:	(D) - (C) =	2.704.120,11		2.816.064,02
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	2.716.787,91		2.768.837,22
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	1.903.566,76		1.802.960,82

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfl Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004**  
**1.º SEMESTRE**

Nos.  
Ordem - POC

1 (3) **CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AS RUBRICAS DO BALANÇO, BEM COMO MÉTODOS DE CALCULO RESPEITANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:**

- **Especialização dos exercícios.**

*É seguido o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.*

- **Matérias Primas e Subsidiárias.**

*As existências foram avaliadas pelos custos de aquisição e demais despesas acessórias de compra.*

- **Produtos Fabricados e em Vias de Fabrico.**

*São valorizados a custos standard e corrigidos com os desvios apurados face ao real, mais significativos.*

- **Imobilizações.**

*Custos de aquisição e de reavaliação de acordo com a legislação específica.*

*Os custos com manutenção e reparação que se espera aumentar a vida útil dos imobilizados, são capitalizado Outros custos com manutenção e reparação são contabilizados logo que incorridos.*

**MÉTODOS DE CALCULO:**

- **Amortizações.**

*São calculadas pelo método das quotas constantes anuais, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites.*

2 (4) **COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:**

*Os activos e responsabilidades expressos em moeda estrangeira são convertidos às taxas em vigor no final do exercício, sendo as respectivas diferenças de câmbio, reflectidas como proveitos ou custos financeiros.*

3 (6) **IMPOSTOS DIFERIDOS:**

*Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para e de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), relativas à reavaliação do lizado, tendo sido revertido o imposto diferido, no montante de 1 838,85 euros.*

Decomposição dos Impostos relativos a Resultados Líquidos do Exercício, Reservas Livres e Resultados Transitados:

Rubricas	Valores
Resultados, reservas livres e res.transitados líquidos de impostos (contabilísticos)	1.947.206,95
Imposto do exercício	813.221,15
Impostos Diferidos	1.838,85
Imposto corrente	815.060,00

4 (7) **NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA: 124**

5 (10) **MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO.**

**ACTIVO BRUTO**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	TRANSF.PARA CUSTOS	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
<b>IMOBILIZAÇ. INCORPÓREAS:</b>						
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Inv.e Desenvolvimen	25.877,78	0,00	0,00	0,00	0,00	25.877,78
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	374,10
	<b>26.251,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.251,88</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>						
Terrenos e Rec. Naturais	2.790.670,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.790.670,08
Edif. e Out.Construções	4.055.660,61	0,00	0,00	0,00	0,00	4.055.660,61
Equipamento Básico	24.423.750,37	0,00	0,00	0,00	0,00	24.423.750,37
Equipamento de Transporte	735.457,06	13.000,00	16.939,13	0,00	0,00	731.517,93
Ferramentas e Utensílios	352.159,20	0,00	0,00	0,00	0,00	352.159,20
Equip. Administrativo	564.547,66	198,00	0,00	0,00	0,00	564.745,66
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	8.875,51	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875,51
Imobilizações em Curso	84.398,58	136.359,97	0,00	0,00	0,00	220.758,55
Adiant.conta Imob.Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>33.020.563,52</b>	<b>149.557,97</b>	<b>16.939,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.153.182,36</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
Partes cap.emp.associadas	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Partes cap.em outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>49,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49,88</b>



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004**  
**1.º SEMESTRE**

Nos.  
Ordem - POC

## 5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO: CONT.

## AMORTIZAÇÕES

€

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÃO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Inv.e Desenvolvimento	25.779,15	0,00	0,00	0,00	25.779,15
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	374,10
	26.153,25	0,00	0,00	0,00	26.153,25
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>					
Terrenos e Rec. Naturais	3.597.145,89	0,00	0,00	0,00	3.597.145,89
Edif. e Out.Construções	22.167.227,41	0,00	0,00	0,00	22.167.227,41
Equipamento Básico	673.349,59	0,00	16.939,13	0,00	656.410,46
Equipamento de Transporte	347.529,35	0,00	0,00	0,00	347.529,35
Ferramentas e Utensílios	518.346,11	0,00	0,00	0,00	518.346,11
Equip. Administrativo	5.044,45	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Taras e Vasilhame	4.124,32	0,00	0,00	0,00	4.124,32
Outras Imob.Corpóreas		315.000,00			315.000,00
Amortizações - Duodécimos	27.312.767,12	315.000,00	16.939,13	0,00	27.610.827,99

## 6 (12) DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO CORPÓREO

Decretos-Lei 118/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

## 7 (13) DISCRIMINAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES

€

RUBRICAS	Custo Histórico	Reavaliações	Valor Cont.Reaval.
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>			
Terrenos e Rec. Naturais	764.384,99	2.026.285,10	2.790.670,09
Edifícios e O.Construções	257.021,03	162.776,52	419.797,55
Equipamento Básico	2.000.497,31	9.987,04	2.010.484,35
Equipamento de Transporte	59.511,77	0,00	59.511,77
Ferramentas e Utensílios	3.339,85	0,00	3.339,85
Equip. Administrativo	38.323,36	0,00	38.323,36
Outras Imob. Corpóreas	4.674,56	0,00	4.674,56
Imobil.em Curso	215.552,84	0,00	215.552,84
	3.343.305,71	2.199.048,66	5.542.354,37

## 8 (14) COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Corpóreas em poder de terceiros ..... **666.585,45€**

## 9 (16) FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

SOVICAR- Soc. Investimentos Agro-Turisticos,S.A.

Sede: Rua Ferreira da Silva, 10 - 2o. Dto  
1900 - 229 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

CADE- Companhia Agrícola Desenvolvimento S.A.

Sede: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 1,6º A-B  
1600 - 196 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

## 10 (23) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes de cobrança duvidosa **475.004,29€**

## 11 (32) GARANTIAS :

A favor de terceiros **33.820,29€**  
A favor da empresa **0,00€**

## 12 (34) MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

€

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28- Provisão Cob.Duvidosas	431.340,95	0,00	0,00	431.340,95



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004**  
**1.º SEMESTRE**

Nos.

Ordem - POC

13 (36) NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

1.000.000 ações ao portador a 5 euros valor nominal

14 (37) PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%:

Sovicar - Soc. de Investimentos Agro-Turisticos, S.A.                   ⇒ 25,00%  
Cade - Companhia Agrícola de Desenvolvimento, S.A.                   ⇒ 25,00%

15 (40) MOVIMENTOS NAS RÚBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
51. - Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
56. - Reservas Reavaliação	4.914.391,23	1.838,85	0,00	4.916.230,08
57.1- Reservas Legais	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
57.4- Reservas Livres	162.173,19	0,00	107.030,38	55.142,81
59.1- Resultados transitados	(9.663,77)	0,00	1.838,85	(11.502,62)
88. - Resultado Líquido	3.892.969,62	1.903.566,76	(3.892.969,62)	1.903.566,76

16 (41) DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT. PRI/SUBS.
Existências Iniciais	63.143,17	909.904,02
Compras	1.619.183,13	7.278.135,99
Existências Finais	82.267,89	893.237,92
CUSTOS NO EXERCÍCIO	1.600.058,41	7.294.802,09

17 (42) DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	Prod.Acabados e Intermediários	Prod/Trabalhos em Curso
Existências Finais	944.176,35	0,00
Existências Iniciais	825.816,64	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO NO EXERCÍCIO	118.359,71	0,00

18 (43) INDICAÇÃO GLOBAL PARA CADA UM DOS ORGÃOS DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS QUE ESTEJAM RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

-Conselho Administração                   96.883,78 €  
-Conselho Fiscal                               7.322,88 €  
-Assembleia Geral                           1.107,00 €

19 (44) RELATO POR SEGMENTOS

A informação expressa nas várias demonstrações financeiras, anexas, respeitam unicamente ao segmento principal (fabricação de Amidos) não existindo segmentos secundários.

Relato por Mercados	Valores em Euros	
	1.º Semestre 2004	N-1
Indústria Alimentar (Food)	8.877.462	8.262.858
Indústria Não Alimentar (Non Food)	3.760.141	3.431.819
Industria Alimentação Animal (Animal Feed)	2.059.783	1.780.237
Vendas e prestações de serviços	14.697.386	13.474.914

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

	MERCADOS		
	Interno	Intracomun.	Outros
Vendas	14.056.635,52	516.871,81	108.233,81
Prestações Serviços	0,00	15.644,37	0,00

20 (45) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1ºSemestre 2004	1ºSemestre 2003		1ºSemestre 2004	1ºSemestre 2003
681 - Descontos de títulos	1.705,00	0,00	781 - Juros Obtidos	53.181,32	57.542,83
685 - Dif. Câmb. Desfavoráveis	1.655,05	692,01	785 - Dif. Câmb. Favoráveis	0,00	95,39
686 - Desc. P. Pag. Concedidos.	63.092,22	62.872,16	786 - Desc. P. P. obtidos	4.495,18	3.259,48
688 - Outros C. Perd. Financeiras	2.855,47	2.026,94	788 - O. Prov. /Ganh. Financeiros	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	(11.631,24)	(4.693,4)			
	57.676,50	60.897,70		57.676,50	60.897,70



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004**  
**1º. SEMESTRE**

Nos.  
Ordem - POC

## 21 (46) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1ºSemestre 2004	1ºSemestre 2003		1ºSemestre 2004	1ºSemestre 2003
691 - Donativos	0,00	0,00	792 - Recuperação de Dívidas	45,85	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	0,00	4.114,28	793 - Ganhos em Existências	0,00	0,00
693 - Quebras em Existências	0,00	0,00	794 - Ganhos em Imobilizações	1.750,00	0,00
694 - Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	795 - Benef. e Pen. Contratuais	0,00	0,00
695 - Multas e Penalidades	0,00	0,00	796 - Red. Amortiz./Provisões	0,00	0,00
697 - Correcc. Rel. a Exerc. Anter.	0,00	44.401,04	798 - O. Prov./Ganhos Extraordina	10.871,95	11.078,05
698 - O. Cust./Perd. Extraord.	0,00	9.789,53			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	12.667,80	(47.226,80)			
	12.667,80	11.078,05		12.667,80	11.078,05

## 22 (48) DIVERSOS

- Valor das participações estrangeiras no capital social da COPAM:

CERESTAR HOLDING B V	732.325,00€ 14,64%
AMYLUM N.V.	732.325,00€ 14,64%

- AS DESPESAS COM O PESSOAL FORAM AS SEGUINTEs:

<i>Ordenados e salários</i>	826.419,45€
<i>Remunerações adicionais</i>	345.607,97€
<i>Encargos com remunerações</i>	284.004,32€
<i>Outras Despesas com o Pessoal</i>	28.348,34€
	<u>1.484.380,08€</u>
 <i>Refeitório e Transp. do pessoal</i>	 63.464,46€
	<u><b>1.547.844,54€</b></u>

- IMPOSTOS DIFERIDOS

Dos impostos diferidos passivos relativos à reavaliação, foi contabilizada a reversão, no valor de 1.838,85 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*(Vitor Manuel Carmona e Costa)**(José Amaro Martins Carmona e Costa)**(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)**(João Alberto de Lima Pereira)**(Luis Javier Aisa Comps)*

## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL**

### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 17.480.143,85 euros e um total de capital próprio de 12.863.437,03 euros, incluindo um resultado líquido de 1.903.566,76 euros) e na Demonstração dos resultados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **Responsabilidades**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **Âmbito**

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e

consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
  - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
  - a apresentação da informação financeira;
  - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

### **Parecer**

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 14 de Setembro de 2004

ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por  
António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC n.º 22)